



Penha Cysne acusa BC pela acomodação dos bancos estatais com a inflação

# Estabilidade ameaça os bancos estaduais

CARLA DAZZI

A expectativa de inflação baixa da terceira fase do plano de estabilização obrigará os bancos a se ajustarem para compensar as perdas de arrecadação com o floating (rendimento do dinheiro em trânsito nas instituições financeiras), mas afetará principalmente os bancos estatais, que historicamente são menos competitivos. O diretor de pesquisa da Escola de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rubens Penha Cysne, acredita que o Banco Central é um dos principais responsáveis pelo superdimensionamento dos bancos estatais, por cobrir a dívida dos Estados com as instituições.

— O Banco Central não tem autonomia para dizer não aos bancos estatais e passa a ser a origem do endividamento dos bancos. Apenas um BC independente, que não tivesse que assumir o déficit dos bancos, poderia proporcionar maior competitividade às instituições estatais — disse o economista, citando o exemplo da Alemanha que conta com bancos estatais fortes, porém desvinculados de um banco central.

Cysne defende, como solução imediata para os bancos estatais, a centralização em operações casadas de curto prazo, mas acredita que uma forma de ajuste extensiva inclusive para os bancos privados de varejo, é o investimento em produtos bancários mais sofisticados, em detrimento dos depósitos à vista. Para o professor da FGV, uma excelente alternativa seriam as operações e empréstimos internacionais e uma maior arbitragem no mercado de capitais, a exemplo dos bancos de investimento, considerados o filé mignon do mercado.

O economista duvida da aprovação pelo atual Governo do contingenciamento de crédito sugerido pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen, mas destaca que se houver congelamento dos ativos financeiros, alguns bancos poderão chegar mesmo a quebrar. “A inflação caindo, com os juros elevados, aliada à recessão, deixaria a maioria dos bancos com liquidez muito apertada, principalmente os ban-

cos estatais que contam com grande quantidade de ativos resultantes de empréstimos aos governos”, salienta.

Cysne, entretanto, acredita que a medida não deverá ser adotada pela equipe econômica, já que os efeitos positivos só seriam sentidos a longo prazo, em pelo menos um ano. “Em ano de eleição, uma solução recessiva dificilmente aprovada”, lembra. Pelo mesmo motivo — ano eleitoral — Cysne destaca que os ajustes dos bancos só se farão realmente necessários a partir de janeiro de 1995, pois nos primeiros meses haverá uma queda temporária da inflação, mas continuará havendo a expectativa inflacionária. “Qualquer mudança efetiva nas instituições só deverá acontecer depois de entrada do novo presidente, mesmo assim, dependendo da nova política econômica a ser adotada”, conclui.

O economista do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IB-MEC) e ex-diretor do Banco Central Carlos Tadeu de Freitas apesar de ressaltar a necessidade que os bancos, notadamente os estatais, terão de se adaptar às baixas taxas inflacionárias e ao fim da ciranda financeira, concorda também que os ajustes não serão a curto prazo. “Os bancos terão que cortar gastos e buscar novas fontes de receitas, mas como as instituições estão com muita gordura e num primeiro momento de moeda forte, aumentará o crescimento de depósitos à vista, terão tempo para se adaptar”, disse.

Freitas destaca que a competitividade entre os bancos estatais e privados será medida pela agilidade de cada instituição em se adaptar à nova demanda de serviços. Para o economista, os dois segmentos estão aptos a buscar novas formas de aceitação e se, por um lado os bancos estatais perdem pela burocracia administrativa, pela rotatividade da presença indicada por cargos políticos e pelo inchamento dos quadros, por outro lado, os bancos estatais contam também com vocação para financiadores da produção possuem acesso a um contingente de localidade do interior não servidas por bancos privados.